



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CRIADA POR MEIO DO REQUERIMENTO N.º 3, DE 2015, PARA INVESTIGAR A PRÁTICA DE ATOS ILÍCITOS E IRREGULARES NO ÂMBITO DA EMPRESA PETRÓLEO BRASILEIRO S/A (PETROBRAS), ENTRE OS ANOS DE 2005 E 2015, RELACIONADOS A SUPERFATURAMENTO E GESTÃO TEMERÁRIA NA CONSTRUÇÃO DE REFINARIAS NO BRASIL; À CONSTITUIÇÃO DE EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS E SOCIEDADES DE PROPÓSITO ESPECÍFICO PELA PETROBRAS COM O FIM DE PRATICAR ATOS ILÍCITOS; AO SUPERFATURAMENTO E GESTÃO TEMERÁRIA NA CONSTRUÇÃO E AFRETAMENTO DE NAVIOS DE TRANSPORTE, NAVIOS-PLATAFORMA E NAVIOS-SONDA; A IRREGULARIDADES NA OPERAÇÃO DA COMPANHIA SETE BRASIL E NA VENDA DE ATIVOS DA PETROBRAS NA ÁFRICA**

**REQUERIMENTO N.º           , DE 2015**

**Do Senhor Otavio Leite**

Requer, com base nas disposições constitucionais, legais e regimentais, a CONVOCAÇÃO dos Senhores Ronaldo Tedesco e Silvio Sinedino – Conselheiros da Fundação Petros; e Humberto Pires Gault de Lima – Ex gerente de investimentos da Fundação Petros, para prestarem depoimentos.

Senhor Presidente,

Nos termos das disposições constitucionais (§ 3.º do art. 58 da CF/88), legais (art. 2.º da Lei 1.579/52) e regimentais (arts. 35 a 37 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados) de regência, requeremos seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de CONVOCAÇÃO dos Senhores Ronaldo Tedesco e Silvio Sinedino – Conselheiros da Fundação Petros; e Humberto Pires Gault de Lima – Ex gerente de investimentos da Fundação Petros para prestarem depoimentos, em razão de déficit técnico de 6,2 bilhões, do principal plano de previdência da Fundação Petros, pelo segundo ano consecutivo.

**JUSTIFICATIVA**



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Matéria publicada no jornal O Globo no dia de hoje, 17 de abril de 2015, indica que relatório elaborado por dois conselheiros da Fundação Petros aponta déficit técnico de 6,2 bilhões, do principal plano de previdência da Fundação, pelo segundo ano consecutivo.

A referida matéria ainda relata que o possível déficit também se deve a má gestão, aparelhamento político na Fundação, e negócios controversos, além do fato da instituição ser objeto das investigações da operação lava jato da Polícia Federal.

Segue íntegra:

“O Globo – 17 de Abril de 2015 – Página 03

Por Alexandre Rodrigues

**A conta do aparelhamento - Relatório indica que Petros teve prejuízos como os de Funcef e Postalis, todos controlados por políticos.**

Funcionários e aposentados da Petrobras correm o risco de ter de fazer contribuições extras para cobrir prejuízos do fundo de pensão da estatal, a Fundação Petros, a partir de 2017. É o que indica um relatório elaborado por dois conselheiros independentes da Petros com base nos números de 2014, que ainda não foram divulgados pela entidade. Um dos alvos das investigações da Operação LavaJato, a Petros fechou 2014 com o seu principal plano de previdência no vermelho pelo segundo ano consecutivo, com um déficit técnico de R\$ 6,2 bilhões, diz o relatório.

O documento aponta que o Plano Petros do Sistema Petrobras (Petros BD) — que tem um ativo líquido de R\$ 62,5 bilhões e envolve 28 mil contribuintes e cerca de 51 mil aposentados da estatal — deverá repetir um resultado negativo este ano. Se isso acontecer, a fundação será obrigada a cobrar dos participantes uma contribuição extra para cobrir o rombo.

VACCARI INTERMEDIAVA NEGÓCIOS DA PETROS



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

A Petros entrou na mira da LavaJato depois que o advogado Carlos Alberto Pereira Costa, um dos auxiliares do doleiro Alberto Youssef, disse em delação premiada que o extesoureiro do PT João Vaccari Neto, preso anteontem, intermediava negócios na Petros e em outros fundos de pensão. O negócio envolvendo Vaccari teria rendido, segundo o advogado, R\$ 500 mil em propinas a exgerentes da Petros.

Os números negativos de 2014, que a Petros será obrigada a divulgar até julho, acirraram ainda mais as queixas de má gestão e aparelhamento político da entidade feitas pelos participantes.

Na Petros, os principais cargos são divididos entre petistas da Federação Única dos Trabalhadores (FUP) e do Sindicato dos Bancários de São Paulo, ambos ligados à Central Única dos Trabalhadores (CUT), braço sindical do PT. Em março, uma disputa interna por cargos terminou com a substituição de toda a equipe, com o apoio do novo presidente da Petrobras, Aldemir Bendine, mas os sucessores também pertencem aos dois grupos políticos.

O relatório dos conselheiros admite que as condições adversas da economia contribuíram para os maus resultados de todos os fundos de pensão. Mas dizem que a ingerência política é um fator que agrava as perdas da Petros. Os diretores do fundo são acusados de fazer investimentos controversos.

A contribuição extra já deverá ocorrer em 2016 com os participantes de outro plano da Petros, o Ultrafértil, dos funcionários de uma subsidiária de fertilizantes da Petrobras, que, segundo os conselheiros independentes, já “apresenta neste momento déficit da ordem de 20%”.

Pela legislação do setor de previdência privada, quando um plano tem déficit acima de 10% das provisões matemáticas (os recurso necessários para honrar as pensões), ou tem perdas por três anos consecutivos, a administradora tem um ano para formular um plano para que os funcionários e a patrocinadora cubram as perdas.



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

O déficit técnico mostra o equilíbrio do plano ao estimar a quantidade de dinheiro que faltaria hoje para pagar as aposentadorias de todos os participantes até o fim da vida. Isso significa que o plano da Petros não tem um risco imediato de quebrar, mas precisa ser reequilibrado para garantir a sua sustentabilidade no longo prazo.

### NO POSTALIS, PODER DIVIDIDO ENTRE PMDB E PT

Recentemente, o fundo de pensão dos Correios, o Postalís, iniciou a cobrança de contribuições extras de participantes e o desconto de pensionistas para cobrir um rombo de R\$ 5,6 bilhões. A Funcef, dos funcionários da Caixa Econômica Federal, também terá de elaborar um plano similar depois que o resultado de 2014, divulgado há poucos dias, mostrou déficit de R\$ 367 milhões num dos planos.

Os três fundos de pensão de estatais são administrados por indicados políticos, que, inclusive, têm passagem por mais de um deles, e são alvo de uma série de denúncias de participantes por má gestão e investimentos suspeitos feitas à Previc, o órgão regulador do setor.

No Postalís, o poder é dividido entre afilhados do PMDB e o mesmo grupo de petistas que domina a Petros. O atual presidente dos Correios, Wagner Pinheiro, foi presidente da Petros durante os oito anos do governo Lula. Ele indicou o atual presidente do Postalís, Antonio Carlos Conquista, que foi diretor do fundo de pensão dos funcionários da Petrobras na gestão de Pinheiro.

Desde o início do governo Lula, os principais fundos de pensão de estatais são dominados por esse grupo, ligado ao Sindicato dos Bancários de São Paulo. O grupo, que era liderado pelo exministro Luiz Classificação do artigo 17 abr 2015 O Globo ALEXANDRE RODRIGUES alexandre.rodriques@oglobo.com.br Gushiken (morto em 2013), tem entre seus integrantes Vaccari, Wagner Pinheiro, o expresidente da Previ Sérgio Rosa e o atual ministro das Comunicações, Ricardo Berzoini.



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Os dados usados no relatório dos conselheiros da Petros Ronaldo Tedesco e Silvio Sinedino, eleitos pelos funcionários e aposentados, ainda não foram divulgados porque a fundação precisa submetê-los a uma auditoria independente e ao Conselho Deliberativo da entidade.

No entanto, os conselheiros decidiram divulgar os dados preliminares para tentar acalmar os funcionários da Petrobras, que estão preocupados com suas aposentadorias diante do envolvimento da Petros nas investigações da Operação LavaJato. A troca recente da diretoria da Petros e a comparação com o Postalis, cuja situação é muito mais grave por ter patrimônio bem menor que o da Petros, fez o alarmismo tomar os corredores da estatal.

### VENDA DE TÍTULOS RESULTOU EM PREJUÍZO

Carlos Alberto Costa, advogado ligado a Youssef, disse à Justiça que João Vaccari Neto frequentou, entre 2005 e 2006, a empresa CSA Project Finance, de um sócio do doleiro. Ali, ele teria intermediado a venda de títulos de R\$ 13 milhões de uma indústria de Barra Mansa (RJ) para a Petros, que mais tarde resultou em prejuízos.

Dois executivos da Petros teriam recebido propina. Um deles, segundo Costa, seria Humberto Pires Gault de Lima, que foi gerente de investimentos da Petros e atualmente é gerente de participações da Funcef. Vaccari e Lima negam as acusações. Em janeiro, a PF abriu inquérito no âmbito da LavaJato para apurar a denúncia.

É justamente nesse tipo de operação com títulos de crédito privado que a Petros tem acumulado investimentos controversos. O relatório dos conselheiros aponta que, de um total de R\$ 801,9 milhões da Petros em investimentos dessa carteira de crédito privado, R\$ 730,6 milhões estavam provisionados com alto risco de perdas em dezembro de 2014. Os dados consolidados ainda não foram divulgados.

Uma auditoria independente ainda em curso, contratada pelos conselheiros, apontou vários problemas nesses investimentos, como a ausência de documentos e garantias insuficientes, além da falta de



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

mecanismos de controle internos. Um dos casos mais controversos é o da Galileo Educacional, a mantenedora das universidades Gama Filho e UniverCidade, que vendeu R\$ 700 milhões em debêntures para Petros e Postalis. Afogadas em dívidas e má gestão, as universidades perderam o credenciamento do MEC e fecharam as portas.

A Petros ainda amarga resultados ruins com investimentos em empresas de interesse do governo, como a Sete Brasil, construtora de sondas para a Petrobras envolvida na LavaJato, e a Lupatech, do setor de equipamentos para a indústria de petróleo, que entrou em recuperação extrajudicial por causa de dificuldades de financiamento.

Os conselheiros dizem ainda que a Petrobras tem dívida com a Petros que não é cobrada por seus executivos. Também cobram a mudança do estatuto da Petros para permitir eleições entre os funcionários para cargos da diretoria executiva.”

Ante o exposto, conclamamos os nobres Pares a aprovarem o presente requerimento.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 2015.

Deputado **OTAVIO LEITE**  
PSDB/RJ